



Charge, Cultura Política, Liberdade de Imprensa e Democracia – Uma Proposta de Investigação em Ciência Política¹.

César André Luiz Beras²
Domingos Sávio Campos de Azevedo³
Ronaldo Bernardino Colvero⁴
Universidade Federal do Pampa/UNIPAMPA/RS

RESUMO

Este artigo apresenta uma tentativa de aproximação conceitual entre a Cultura Política e a Comunicação. A partir de uma pesquisa bibliográfica apresenta-se uma releitura conceitual da Comunicação, tendo como base à perspectiva da Cultura Política. O trabalho propõe o estabelecimento de uma relação direta entre o aparecimento de charges com caricaturas dos presidentes da república no jornalismo impresso diário de um determinado país e a democracia baseada no conceito de liberdade de expressão. Assim é proposto o desenho de uma investigação da relação entre democracia e liberdade de expressão na América do Sul.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo Impresso, Linguagem Gráfica e Cultura Política.

TEXTO DO TRABALHO

1.Considerações Iniciais

Na proposta de escrever o presente artigo, procura-se relacionar a Cultura Política que pode ser definida segundo ALMOND e VERBA(1989), como uma relação de causa e efeito entre o surgimento de uma democracia estável e a opinião das pessoas que vivem nesta democracia; e a Comunicação que pode ser definida segundo BARBOSA e RABAÇA (2001), “como o campo disciplinar que estuda o conjunto de conhecimentos – lingüísticos, psicológicos, antropológicos, sociológicos, filosóficos, cibernéticos, etc. – relativos ao processo da comunicação humana”.

¹ - Trabalho proposto para apresentação no GP Jornalismo Impresso , evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências em Comunicação

² - Licenciado em Ciências Sociais – Sociologia – UFRGS/Mestre em Sociologia – UFRGS/Doutor em Sociologia – UFRGS/Professor Adjunto do Campus de São Borja – UNIPAMPA- E-Mail – beras@portoweb.com.br

³ - Bacharel em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda – PUCRS/Mestre em Comunicação – UFRJ/Doutorando em Ciência Política – PPGCP – UFRGS/Coordenador do curso de Ciência Política, e Professor Adjunto do Campus de São Borja – UNIPAMPA-E-Mail – sazedo@hotmail.com

⁴ - Licenciado em História – URCAMP/Mestre em História – UPF/Doutor em História – PUCRS/Professor Adjunto do Campus de São Borja – UNIPAMPA-E-Mail – ronaldo.colvero@hotmail.com



Os estudos interdisciplinares em Comunicação tem recebido muitas contribuições de um campo disciplinar, que é o Behaviorismo ou Comportamentalismo. Dentro deste panorama, a contribuição do Individualismo Metodológico, na Cultura Política se situa essencialmente ao nível teórico e metodológico. A partir dos conceitos da Cultura Política, podemos redefinir a atividade comunicativa humana, em situação real de trabalho cognitivo, e pode-se assim, oferecer uma ferramenta teórica e metodológica apreciável para os estudos interdisciplinares em Comunicação.

A abordagem do individualismo metodológico, é particularmente, bem adaptável a problemática das charges como resultado do comportamento dos chargistas num determinado sistema político. Nesse sentido percorrer o caminho do estudo da comunicação a partir do comportamentalismo e das ciências cognitivas que estudam o trabalho cognitivo de produção das charges, para se chegar à forma da mensagem, no modelo clássico, ou ao discurso, justifica plenamente o presente artigo no sentido de aumentar de forma significativa a compreensão do fenômeno da relação entre comunicação e política.

Dentro deste escopo, o objetivo geral deste artigo é realizar uma aproximação conceitual entre a Cultura Política e a Comunicação. Assim a delimitação é justamente esta, pretende-se aplicar os conceitos básicos teóricos e metodológicos da Cultura Política à Comunicação, que tem como amostra do mundo real o jornalismo opinativo das charges. A metodologia utilizada para tanto será a da pesquisa bibliográfica. E o produto final deste artigo é o desenho teórico e metodológico de uma proposta de investigação científica sobre a cultura política dos chargistas nas principais cidades do Brasil, do Uruguai e da Venezuela, tanto sob os governos autoritários, que em algum momento do século XX dominaram a cena política destes países, como no atual momento de predominância democrática.

2.Desenvolvimento

2.1. Trabalho e comportamento

O comportamento básico que reflete a interação entre o homem e a natureza é o trabalho, é a partir do trabalho que o homem supera a sua condição natural e desenvolve a sociedade, que é uma realidade somente sua. O trabalho é o comportamento indispensável para a formação do ser humano, seja socialmente falando, seja como indivíduo. Para MARX (1994), participam do trabalho, o homem e a natureza, o homem por sua ação,



controla e impulsiona as suas trocas materiais com a natureza, modificando assim a natureza externa e também a sua própria natureza.

Sem este comportamento, que é o trabalho, o ser humano não existiria, não existiriam as relações sociais, e portanto nem a sociedade e nem a história. Os economistas afirmam que o trabalho é a fonte de toda a riqueza, mas para ENGELS(1979), o trabalho é a condição, ou seja, o comportamento fundamental que transformou o macaco em homem. Foi pelo trabalho, que a mão humana desenvolveu o grau de perfeição necessário para realizar trabalhos complexos como a pintura e a escultura, ou então o desenho das charges que fazem parte do jornalismo diário.

O aperfeiçoamento da mão, a partir do trabalho, gerou o domínio da natureza por parte do homem, e ampliou a capacidade de perceber do homem, a medida que novos progressos surgiam. E assim, este comportamento, o trabalho, repetido diariamente por gerações e gerações, aproximou cada vez mais, os homens em sociedade, multiplicando os casos de ajuda entre os homens e criando a consciência social da utilidade do trabalho em conjunto. Assim se desenvolveu a civilização.

Dessa forma a humanidade chegou no momento em que a interação entre os homens passou a depender da sua comunicação. E mais uma vez, a necessidade como mãe de todas as invenções, fez com que a laringe pouco desenvolvida dos macacos, lentamente se transforma-se, fazendo com que o aparelho fonológico, no dizer de ENGELS(1979), adquirisse a capacidade de pronunciar as palavras como meio de comunicação.

A partir do século XV, a comunicação passou a ter um desenvolvimento dos seus processos e da sua tecnologia, que possibilitaram ao jornalismo impresso aumentar cada vez mais a sua circulação, a qualidade do seu produto, além de se transformar de jornalismo doutrinário, que geralmente defendia visões de mundo, e portanto comprometido com determinada idéia, ou doutrina política; em jornalismo diário, comprometido com os fatos da atualidade e com a opinião sobre estes fatos. Também a invenção da fotografia permitiu uma maior valorização da linguagem visual, como a utilizada nas charges, que são verdadeiros editoriais visuais, e em muitos casos estão colocadas na mesma página dos editoriais.

2.2 – Cultura Política e Behaviorismo

Apresentada a comunidade científica no início do século XX, segundo BOCK(2002), a psicologia Behaviorista afirma o comportamento como sendo o seu objeto.



A palavra inglesa Behavior significa comportamento em português, e isto explica que esta tendência teórica da psicologia se denomine Behaviorismo. Também podemos chamar o Behaviorismo de Comportamentalismo ou Teoria Comportamental.

As proposições básicas formuladas por John Watson, seu fundador, foram uma reação às perspectivas teóricas e analíticas da Psicologia de então, que eram o método introspectivo e a análise dos processos mentais da consciência. Contrariamente tal tendência, Watson buscou uma maior cientificidade e uma maior objetividade na análise psicológica, o que o levou a métodos de observação aplicados a objetos realmente passíveis de serem investigados.

Segundo esta tendência teórica da psicologia, somente existe um estudo realmente científico, quando o cientista relaciona os aspectos do meio com os aspectos do comportamento do indivíduo. Assim o Behaviorismo se dedica a estudar a relação, que existe, entre o comportamento do indivíduo e o meio onde este comportamento se manifesta. Na ciência política podemos pensar na relação entre o comportamento político dos indivíduos e as instituições políticas que existem no meio onde estes indivíduos vivem. E para alguns cientistas sociais como HOMANS(1999), as leis da psicologia Behaviorista, são as leis explicativas de todas as ciências sociais.

Existem Cientistas Políticos que estudam como os indivíduos criam estruturas políticas, e num patamar mais elaborado, criam as instituições políticas de uma sociedade e o seu sistema político. Estes estudos da Ciência Política podem somente ser explicados, se levarmos em consideração os pressupostos do comportamentalismo, ou seja, do Behaviorismo. É sobre aquilo que regularmente se repete, nos comportamentos individuais dos homens, que as proposições do Behaviorismo falam. Para HOMANS(1999), o social não é maior do que as suas partes individuais, assim o individualismo metodológico afirma que as instituições políticas podem ser analisadas a partir do comportamento individual das pessoas que compõem um determinado grupo.

Podemos desconhecer a história de cada indivíduo envolvido em uma pesquisa que utiliza como método o individualismo metodológico. Pois um estudo Behaviorista pode ser aplicado em um grande número de indivíduos, que levando em conta a necessidade de explicação, estariam cultivando valores mais ou menos parecidos.

Mas devemos nos perguntar, quais são os comportamentos que devem possuir os indivíduos das sociedades latino-americanas, que se constituíram tardiamente dentro do



sistema econômico mundial, para que possam instalar e manter uma democracia ? E dentro desta realidade constituída nestes países, qual é o papel desempenhado pela cultura política?

Para BAQUERO e PRÁ(1992), quando falamos do conceito de cultura política, falamos na estruturação do sistema político a partir das atitudes dos seus cidadãos, ou seja, a partir de pesquisas que tem como pressuposto metodológico o Behaviorismo e o individualismo metodológico, podemos conhecer o comportamento político dos indivíduos e como o agregado destes comportamentos estruturam o sistema político de uma forma ou de outra.

Nos últimos anos a democracia tornou-se uma das principais questões do debate entre os cidadãos. Muitas pessoas se mobilizaram para defender a democracia e a autonomia dos governados. Mas esta idéia de democracia da atualidade parece não ter um relação direta com a ideia de igualdade, como tinha no passado. As novas democracias liberais tem como principal preocupação a normatização da vida política.

O conceito de cultura política foi apresentado pela primeira vez, num livro de 1963, escrito por dois norte-americanos, Gabriel A. Almond e Sidney Verba, e neste estudo ALMOND e VERBA(1989), afirmam existir uma relação de causa e efeito entre o surgimento de uma democracia estável e a opinião das pessoas que vivem nesta democracia. Podemos a partir do desenho da pesquisa mencionado acima conhecer o comportamento dos eleitores e as relações que existem entre a estabilidade democrática num determinado país e as suas opiniões sobre a democracia.

Segundo CASTRO(2007), apesar das críticas e autocríticas feitas as proposições de Almond e Verba, posteriormente, elas tem uma força capaz de fazer com que ainda hoje os estudos de cultura política sejam baseados nelas, ainda que de modo implícito. Muitos autores acham que é necessário uma adaptação do conceito original de cultura política à realidade latino-americana. Para que possamos fazer uma análise dos processos de democratização, é fundamental que se compare longitudinalmente as atitudes políticas. Mas é muito importante também comparar sociedades diferentes entre si.

Podemos propor, uma divisão analítica da democracia em duas perspectivas, a primeira esta focada nos aspectos mais formais ou nas singularidades de cada sociedade democrática, já a segunda esta mais focada nos aspectos que priorizam o conteúdo desta democracia. Para estudar a América Latina, onde a democracia é restrita como regra, aos seus procedimentos, esta perspectiva parece ser a mais adequada. Esta perspectiva também



privilegia o fato de que o que parece acontecer na realidade é uma dicotomia, pois ela não oferece uma classificação múltipla com vários graus de possibilidade de democracia.

Assim como nos diz CASTRO(2007), na perspectiva mais formal, a democracia estaria limitada aos seus procedimentos, aos seus ritos e as suas regras, ou seja, um conjunto de regras que tem por objetivo determinar quais são os procedimentos e quem está autorizado a tomar as decisões coletivas; já na perspectiva que privilegia o conteúdo da democracia, estão um conjunto de concepções que definem a democracia como princípios a serem respeitados ou seguidos.

Nesta segunda concepção, o que interessa é caracterizar os limites substantivos da democracia, ou seja, a democracia se limitaria a qualidade que lhe é inerente. Assim a democracia não pode receber nenhuma relativização, ou a sociedade é democrática ou não é democrática. Nesse sentido, levando em consideração as duas perspectivas, nada melhor do que comparar a democracia em sociedades diferentes.

Para HOMANS(1999), não se pode pretender separar a percepção do ato em si, pois nenhuma linha fixa pode ser definida entre o perceber e o agir, logo perceber é agir. Sendo assim não existe diferença entre a psicologia Behaviorista e a psicologia Cognitiva, visto que a separação entre pensamento e percepção, perceber e conhecer, não se sustenta do ponto de vista teórico.

2.3 – Signo e Cognição

CANÃS(2001), nos diz, que ao utilizar o adjetivo “cognitiva”, necessita-se definir o que entende-se por cognição, para este autor, “cognição” faz referência ao processo de aquisição, manutenção e uso do conhecimento. Por esta razão, é necessário que se faça a distinção entre vários tipos de cognição. Aqui o interesse é estudar o conhecimento que uma pessoa tem, e portanto, fala-se de “cognição mental”.

Para NÖTH (1995), João de São Tomás, também conhecido como Jean Poisont (1589–1644), foi um dos filósofos a considerar o estudo do signo no campo da lógica. A sua definição de signo é a seguinte, todos os instrumentos que utiliza-se para a cognição e para falar são signos. Tal definição contém dois elementos de grande interesse para a ciência cognitiva. O primeiro é a definição do signo como instrumento e, portanto, como um meio, constituindo um esboço da idéia de que o processo do signo funciona como mediação, o segundo é a afirmação de que os signos são instrumentos de cognição. Para PEIRCE apud



COELHO NETTO(1980), um signo é o que representa alguma coisa, sob certo aspecto, para alguém.

Na filosofia de PEIRCE apud NÖTH(1995), a cognição pertence à categoria da comunicação, da representação. A cognição é, portanto, um elemento constitutivo no processo do signo, tal como PEIRCE apud NÖTH(1995), define o processo em que o signo tem um efeito cognitivo.

2.4 – Análise de Discurso

Um dos setores da pesquisa em Comunicação que mais vem se desenvolvendo desde as últimas duas décadas do século passado, segundo Pinto (2002), é o da prática metodológico-analítica chamada análise de discursos. A partir de produtos culturais empíricos criados por eventos comunicacionais, tais como capas de periódicos e charges publicadas em jornais diários; a análise de discursos procura descrever, explicar e avaliar criticamente os processos de produção, circulação e consumo dos sentidos vinculados àqueles produtos, na sociedade. Para Orlandi (2002), a análise de discurso, trata do discurso, e a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a idéia de movimento. O discurso é a palavra, ou seja, o signo em movimento, prática de linguagem. Com o estudo do discurso, observa-se o homem utilizando os signos como artefatos, ferramentas para a cognição.

A mesma autora nos diz que na análise de discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história. Por esse tipo de estudo se pode conhecer melhor aquilo que faz do homem um ser especial com sua capacidade de significar e significar-se. A análise de discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, ou seja, a linguagem em movimento, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana.

Assim, a primeira coisa a se observar é que a análise de discurso trabalha com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas enquanto membros de uma determinada forma de sociedade. Como diz BRANDÃO(1991), nessa visão da linguagem como interação social, o outro tem um papel fundamental na constituição do significado, o



percurso que o indivíduo faz da elaboração mental do conteúdo a ser expresso, à expressão objetiva e externa desse conteúdo, ou seja, o discurso, é orientado socialmente, buscando uma adaptação ao contexto imediato do ato de fala e, principalmente, aos interlocutores para quem se está falando.

As condições de produção compreendem basicamente os sujeitos que se relacionam a partir do discurso e a situação em que se dá o discurso. Em sentido estrito, as condições de produção compreendem as circunstâncias da enunciação, ou seja, o contexto imediato. Podemos dizer que o enunciado é “o que é dito”; enquanto a enunciação é “como” o que é dito, é dito. Segundo PINTO(2002), enunciado é o resultado do trabalho de produção cultural, enquanto enunciação é o ato de produção de um enunciado.

Como é sabido, a análise de conteúdo, tem como objetivo extrair o sentido do texto, e ao mesmo tempo responder a seguinte questão: “o que este texto quer dizer”. Para BRANDÃO(1991), uma das origens da noção de condições de produção do discurso, pode ser considerada como sendo uma correlação entre as características individuais de um enunciado e a experiência do indivíduo em situações interpessoais condicionadas socialmente.

2.5 – A relação entre Democracia e Liberdade de Imprensa

Para MOISÉS(1995), POWER e GONZÁLEZ(2003), existe uma relação direta entre democracia política e liberdade de imprensa. A Constituição de 1988 contempla a liberdade de imprensa, como em poucos países do mundo. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não poderão sofrer qualquer restrição. Nenhuma outra lei poderá conter dispositivos que possam limitar a plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social. Não admitindo-se assim qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

Como fenômenos, os meios de comunicação de massa, como a imprensa de atualidades, estão datados, a partir do século XIX, com a invenção da fotografia e a descoberta do elemento químico selênio, o qual mais tarde se descobriu, transformava energia luminosa em energia elétrica, princípio que algum tempo depois gerou a televisão; e principalmente no século XX, quando se desenvolveram rápida e eficazmente o rádio, a televisão, as gráficas que imprimem os jornais e as revistas, e já no final deste século a WEB.



Procuramos refletir como a liberdade de imprensa é essencial à sociedade democrática. A liberdade de comunicação diz respeito à liberdade de imprensa da grande mídia. Essa é uma questão de exercício da cidadania e de consciência do direito ao acesso à comunicação, essenciais a uma sociedade democrática e ao desenvolvimento autônomo das nações. Para SCHMIDT(2001), os meios de comunicação são os principais veículos de informação política na esfera pública.

Os veículos de comunicação que não dependem da concessão de canal pelo governo, como o jornal, por exemplo, ao desempenharem funções no campo da circulação de mensagens no espaço público estão revestidos do caráter social dos meios, e da responsabilidade de exercer a liberdade de expressão e suprir o direito social à informação. A informação é um bem público e social por definição da UNESCO. Em última instância, para cumprir seu papel, a imprensa necessita ser livre de interferências políticas, econômicas, financeiras, militares e religiosas. Segundo,

2.7 – O humor e a contestação política

Quando abrimos os jornais, na maioria das vezes, encontramos uma charge, que é um desenho, cujo objetivo é informar com humor. Frequentemente a charge utiliza uma caricatura, para representar um ator político importante no noticiário do dia em que ela é publicada. Já durante o império a charge e a caricatura foram adotadas de forma geral pela imprensa brasileira, atingindo o seu auge durante a segunda metade do século XIX.

A palavra portuguesa charge se origina da palavra francesa charger, que para ROMUALDO(2000), quer dizer, carregar ou exagerar, e tem por objetivo criticar com humor um fato ou acontecimento específico, geralmente de natureza política. Por sua vez, a palavra caricatura vem da palavra italiana caricare, que significa carregar ou acentuar, e é um desenho satírico que exagera de propósito as características mais marcantes de um determinado indivíduo.

Para este autor, a deformação realizada na caricatura, utiliza as linhas marcantes de uma determinada figura de forma exagerada e com isto gera uma desproporção que busca o riso fácil através do ridículo. Existe na charge com caricatura um aspecto crítico que busca ridicularizar a figura que aparece na charge. A charge é um tipo de texto no qual os chargistas colocam a suas opiniões e suas críticas a personagens e fatos políticos.



3.Considerações Finais

Considerando tudo que foi exposto até agora, e sem a pretensão de tornar essas considerações conclusivas, tem-se o seguinte :

Se a psicologia Behaviorista afirma o comportamento como sendo o seu objeto; e se o trabalho é o comportamento indispensável para a formação do ser humano, seja socialmente falando, seja como indivíduo; então o trabalho pode ser estudado como objeto da psicologia Behaviorista.

Se o trabalho pode ser estudado como objeto da psicologia Behaviorista; e se as charges, que são verdadeiros editoriais visuais, são o resultado do trabalho dos chargistas; então as charges e os chargistas podem ser estudados como objetos da psicologia Behaviorista.

Se o Behaviorismo se dedica a estudar a relação, que existe, entre o comportamento do indivíduo e o meio onde este comportamento se manifesta; e se a charge é o resultado de um comportamento chamado trabalho de um indivíduo que trabalha como chargista; então pode-se estudar a partir do Behaviorismo a relação entre a charge e o meio onde ela se manifesta.

Se na ciência política podemos pensar na relação entre o comportamento político dos indivíduos e as instituições políticas que existem no meio onde estes indivíduos vivem; e se a charge revela o comportamento do chargista; então podemos pensar na relação entre as charges e as instituições políticas que existem no meio onde os chargistas vivem.

Se os cientistas políticos estudam como o comportamento dos indivíduos criam as instituições políticas de uma sociedade; e a charge é o resultado do comportamento do chargista; então os cientistas políticos podem estudar como as charges revelam informações sobre as instituições políticas da sociedade onde vive o chargista, cuja charge é o resultado do seu trabalho.

Se estes estudos de cultura política podem somente ser explicados, se levarmos em consideração aquilo que regularmente se repete, nos comportamentos individuais dos homens; e se a charge é o resultado do comportamento do chargista; então aquilo que regularmente se repete nas charges pode originar um estudo de cultura política.

Se o individualismo metodológico afirma que as instituições políticas podem ser analisadas a partir do comportamento individual das pessoas que compõem um determinado grupo, e se a charge é o resultado do comportamento individual dos chargistas



que compõem um grupo profissional; então as instituições políticas podem ser analisadas a partir das charges.

Se uma pesquisa Behaviorista que utiliza como método o individualismo metodológico pode ser aplicado em indivíduos que estariam cultivando valores mais ou menos parecidos; e se o comportamento dos chargistas pode ser estudado a partir do Behaviorismo; então uma pesquisa Behaviorista com o método o individualismo metodológico pode ser aplicado a chargistas que estariam cultivando valores mais ou menos parecidos, indicados no resultado do seu trabalho que são as charges.

Se esta explicação, no caso dos estudos de cultura política, que tomam como base epistemológica o individualismo metodológico, resulta do agregado dos comportamentos observados; e se a charge é o resultado do comportamento do chargista; então esta explicação, no caso dos estudos de cultura política dos chargistas, resulta do agregado dos comportamentos dos chargistas observados nas charges.

Se devemos nos perguntar, quais são os comportamentos que devem possuir os indivíduos das sociedades latino-americanas, que se constituíram tardiamente dentro do sistema econômico mundial, para que possam instalar e manter uma democracia; e se a charge é o resultado do comportamento do chargista; então devemos nos perguntar, quais são as charges que devem possuir os chargistas nestas sociedades, que se constituíram tardiamente para serem democráticas.

Se quando falamos do conceito de cultura política, falamos na estruturação do sistema político a partir das atitudes dos seus cidadãos; e se as charges sinalizam a direção das atitudes dos chargistas; então falamos na estruturação do sistema político a partir das charges dos chargistas de um determinado país num determinado período de tempo.

Se podemos conhecer o comportamento político dos indivíduos e como o agregado destes comportamentos estruturam o sistema político, e se as charges dos chargistas de um determinado país mostram o seu comportamento político; então podemos conhecer o comportamento político dos chargistas a partir das suas charges e como o agregado destas charges estrutura o sistema político de um determinado país num determinado período de tempo.

Se podemos afirmar que existe uma relação de causa e efeito entre o surgimento de uma democracia estável e a opinião das pessoas que vivem nesta democracia; e se a charge demonstra a opinião dos chargistas; então podemos afirmar que existe uma relação de causa



e efeito entre o surgimento de uma democracia estável e as charges dos chargistas que vivem nesta democracia.

Assim propõe-se o seguinte desenho para uma investigação da relação entre liberdade de expressão e de imprensa e democracia nos países da América do Sul: comparar o aparecimento ou não de charges com caricaturas dos presidentes da república no Brasil, no Uruguai e na Venezuela; no último ano do último período de governo autoritário, que no Brasil e no Uruguai foi 1984 e na Venezuela foi 1951 com a atualidade, ou seja, o ano de 2009; em um jornal de Caracas(El Universal), Montevideu(El País), Rio de Janeiro(O Globo) e São Paulo(Folha de São Paulo), que tenham sido veiculados nestes períodos.

Estes jornais são os de maior circulação, como é o caso do Brasil e da Venezuela ou são os únicos que circulam desde 1951, como é o caso do Uruguai. O Brasil se justifica por ser o maior país da América Latina, a Venezuela porque existe entre os cientistas políticos e os comunicadores uma forte desconfiança de que mesmo existindo eleições periódicas, legislativo e judiciário em funcionamento, o atual governo tem uma prática autoritária e persegue a liberdade de imprensa, por fim o Uruguai se justifica por ser um dos países sul americanos que mais experimentou governos democráticos entre o século XX e o XXI.

Também vale a pena ressaltar que nenhum dos jornais escolhidos para compor a amostra desta investigação tem qualquer vínculo com os atuais governos dos três países estudados, o que assegura o espaço de crítica e de isenção propícios para a liberdade de expressão e de imprensa.

Parte-se das hipótese de que 1) – existe uma relação direta entre charges com caricaturas dos presidentes da república, liberdade de imprensa e a democracia; 2) – no ano de 2009 não foram veiculadas nenhuma charge com caricatura do presidente Hugo Chavez e portanto a Venezuela não é um país democrático. Considerando-se uma perspectiva mais focada nos aspectos que priorizam o conteúdo de uma democracia e levando-se em consideração que a caricatura é estruturalmente uma forma discurso, ou seja, uma enunciação que ridiculariza e critica o presidente da república e, portanto, a instituição presidência da república, parte-se do pressuposto de que se existe este tipo de charge, existe liberdade de expressão e de imprensa existe democracia, se não, não.

REFERÊNCIAS



ALMOND, Gabriel e VERBA, Sidney. The civic culture – political attitudes and democracy in five nations. Newbury Park: Sage, 1989.

BAQUERO, Marcello e PRÁ, Jussára. Cultura política e cidadania no Brasil: uma análise longitudinal. Estudos Leopoldenses, São Leopoldo, v. 28, 1992.

BARBOSA, Gustavo e RABAÇA, Carlos Alberto. Dicionário de comunicação. Rio de Janeiro : Campus, 2001.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair e TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. Psicologia: uma introdução ao estudo da psicologia. São Paulo: Saraiva, 2002.

BRANDÃO, Helena H. Negamine. Introdução à análise do discurso. Campinas, SP : Unicamp, 1991.

CANÑAS, J. J., y WAERN Y. Ergonomia cognitiva. Madrid : Editora Médica Panamericana, 2001.

CASTRO, Enrique Carlos de Oliveira de. Cultura política, democracia e hegemonia na América Latina. In: GONZÁLES, Rodrigo Stumpf. Perspectivas sobre participação e democracia no Brasil. Ijuí, RS: Editora da UNIJUÍ, 2007.

ENGELS, Friedrich. A dialética da natureza. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GONZÁLES, Rodrigo e CASTRO, Henrique. Democracia participativa, desarrollo y capital social. Santiago. Revista Política, 2008.

HOMANS, George C. Behaviorismo e pós-behaviorismo. In: GIDDENS, Anthony e TURNER, Jonathan. Teoria social hoje. São Paulo: UNESP, 1999.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

MOISÉS, José Álvaro. Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática. São Paulo: Ática, 1995.

NETO, J. Teixeira Coelho. Semiótica, informação e comunicação. São Paulo : Perspectiva, 1980.

NÖTH, Wilfried. Panorama da semiótica : de Platão a Peirce. São Paulo : Annablume, 1995.

ORLANDI, Eni P. Análise de discurso : princípios e procedimentos. Campinas, SP : Pontes, 2002.

PINTO, Milton José. Comunicação e discurso: introdução à análise de discurso. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

RÜDIGER, Francisco. Introdução á teoria da comunicação : problemas, correntes e autores. São Paulo : Edicom, 2003.

SANTOS, Neri dos . Antropotecnologia : a ergonomia dos sistemas de produção. Curitiba : Genesis, Editora, 1997.

SCHMIDT, João Pedro. Juventude e política no Brasil: a socialização política dos jovens na virada do milênio. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2001.

WOLF, Mauro. Teorias das comunicações de massa. São Paulo : Martins Fontes, 2003.